



O ANO EM QUE OS TALIBÃS REGRESSARAM AO PODER

Carlos Branco

Texto entregue em Dezembro de 2021

A QUEDA DE CABUL ÀS MÃOS DOS TALIBÃS, no dia 15 de agosto, foi, porventura, o acontecimento político mais importante de 2021. Materializou o fim de uma guerra de 20 anos, de certo modo anunciado em 2009, quando o Presidente Obama declarou num discurso, em West Point, o início, no final de 2014, de um período de transição, em que se processaria a uma progressiva transferência de responsabilidades das forças internacionais para as autoridades afgãs, nomeadamente no capítulo da segurança. Era o prenúncio de uma retirada ainda sem data marcada.

A estratégia norte-americana de saída do Teatro de Operações afgão assentava na substituição das forças internacionais por forças afgãs, para fazerem o que as primeiras não tinham conseguido: vencer militarmente os talibãs, e tornar o Afeganistão um país estável e seguro. A Administração Americana continuava a insistir numa solução militar para o “problema Afeganistão”, recorrendo agora a forças autóctones, em vez de investir numa solução política duradoura.

À semelhança do que tinha acontecido cinco décadas antes com a Guerra do Vietname, o prolongamento de uma guerra cujo fim se afigurava desfavorável fez emergir, entre as elites políticas norte-americanas, um razoável consenso sobre a necessidade dos EUA se afastarem daquele cenário de guerra. Alguns chefes militares norte-americanos não compreenderam a evolução operada no pensamento das elites políticas nacionais, e continuaram a alimentar a esperança vã de uma vitória militar. Mas os dados estavam lançados.

Atentos às nuances discursivas de Washington, os talibãs perceberam que a sua hora chegaria, mais tarde ou mais cedo. Era uma questão de tempo, que para eles não era um bem escasso, ao contrário dos seus opositores, regularmente escrutinados pelos seus eleitores. A presença das tropas internacionais no Afeganistão tinha os dias contados, a vitória estava ao seu alcance. A partir daí, desinteressaram-se de negociar uma solução política. Para quê negociar, se estava ao seu alcance obter tudo o que pretendiam, como veio a acontecer. A entrada dos Talibãs em Cabul marcou também o fim da utopia de transformar sociedades rurais, atrasadas e retrógradas em democracias liberais, queimando etapas do desenvolvimento social, ideia que muitos abraçaram, uns por conveniência outros por convicção. A prolongada presença internacional no Afeganistão criou um Estado fraco e clientelar, cuja sobrevivência se encontrava dependente das avultadas somas avançadas pela ajuda internacional, incapaz de proporcionar os serviços básicos à sua população.

Apesar da generosa ajuda internacional, ao fim de 20 anos, 47% da população vivia abaixo do limiar de pobreza. O regime inaugurado em 2001, não foi capaz de se tornar suficientemente atrativo para que os mais de 3,5 milhões de deslocados internos e refugiados afgãos no Paquistão e Irão regressassem às suas casas. Em muitos aspetos, o Afeganistão em 2021 não era essencialmente diferente daquele deixado pelos Talibãs vinte anos antes. As instituições fundadas nesse período davam a sensação de um Estado funcional e viável, mas na realidade não passavam de criações artificiais. As forças de defesa e segurança foram um exemplo disso. Importa sublinhar, que o seu colapso não ocorreu de forma repentina. A sua implosão foi um processo lento e doloroso, que começou largos meses antes da queda de Cabul. Foi o resultado do abandono a que foram votadas pelo governo central, assim como outros setores da sociedade. Em agosto de 2021, a grande maioria dos soldados não recebia salário havia mais de seis meses, em contraste com a vida faustosa levada pelos dirigentes da nação.

“
A Administração Americana continuava a insistir numa solução militar para o “problema Afeganistão”, recorrendo agora a forças autóctones, em vez de investir numa solução política duradoura.”

Há quem argumente, que a corrupção terá sido o principal fator que conduziu ao colapso do regime, mais do que a incompetência. A corrupção tinha origem no topo da hierarquia do Estado. A cleptocracia chefiada pelos altos responsáveis do país controlava uma rede de enriquecimento ilícito, em muitos casos cúmplice ou complacente com o narcotráfico. Provavelmente isto explicará, pelo menos em grande parte, porque é que os soldados desmoralizados decidiram não combater, abandonar os seus postos e misturar-se com a população. A inoperância da administração central e o ostracismo a que votou as províncias criaram condições para que largos segmentos da população tivessem visto a chegada dos talibãs ao poder com bons olhos. Excetua-se desta lista de aderentes, o diminuto grupo beneficiador da presença internacional, fundamentalmente pequena burguesia urbana, que vivia nas maiores cidades do país.

A sociedade afgã encontrava-se numa crise profunda quando os talibãs chegaram ao poder. A situação alimentar no país tinha-se agravado fruto de uma seca prolongada, a pior dos últimos 35 anos, levando à perda de 40% das colheitas, num país onde 60% da população vive da agricultura. O preço dos produtos alimentares e a inflação subiram vertiginosamente. Os funcionários públicos não recebiam salários há mais de seis meses, os exíguos serviços públicos deterioraram-se ainda mais, e a Covid-19 atingiu duramente a população.

A crise agravou-se severamente com a tomada de Cabul. O novo governo continuou a ser incapaz de pagar salários aos funcionários públicos, e o setor financeiro entrou em rotura devido à falta de dinheiro. Os governos ocidentais suspenderam a ajuda ao país, e impuseram regimes de sanções draconianas agravando uma situação já difícil. O novo governo ficou privado dos fundos de que necessita desesperadamente. Não pode aceder aos \$9,5 mil milhões em moeda estrangeira pertencentes ao banco central do Afeganistão.

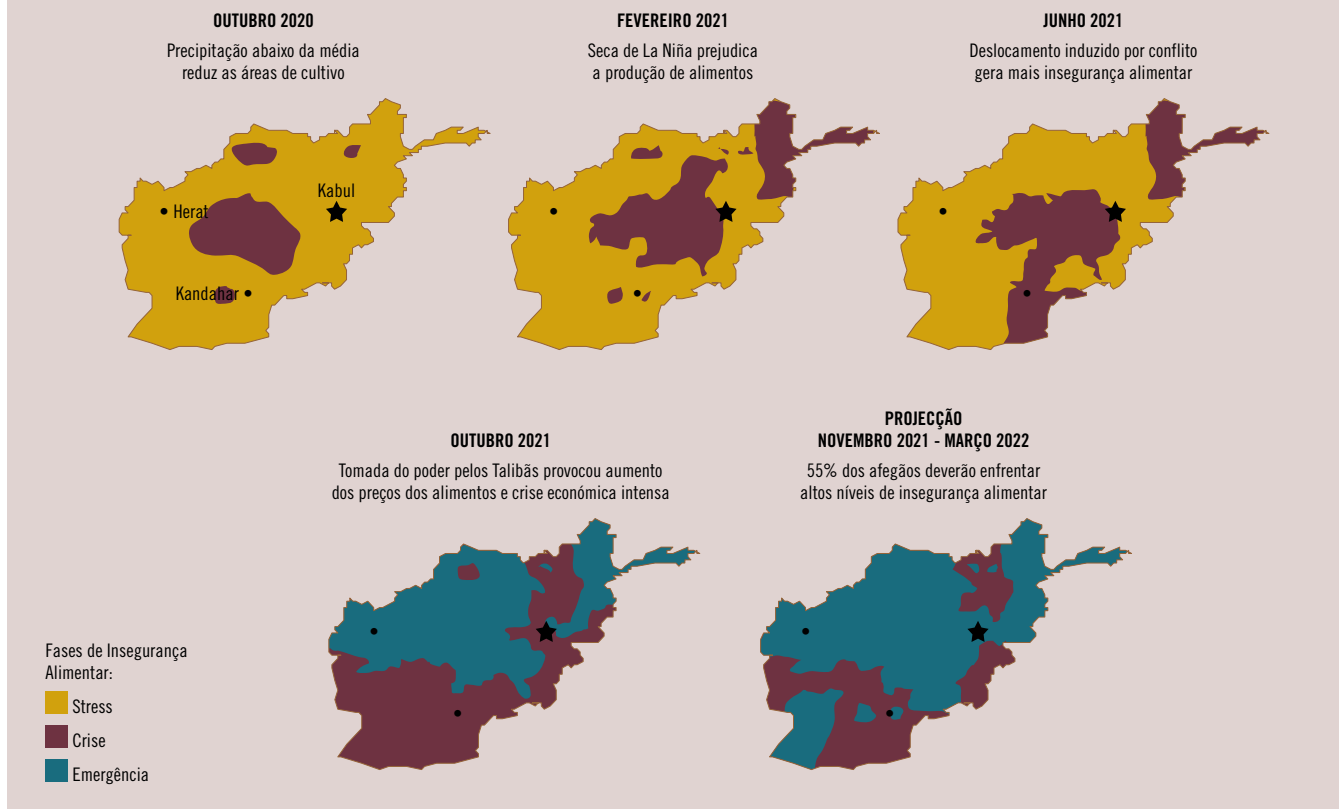
O prolongamento do congelamento dos recursos financeiros está a provocar danos incalculáveis na economia, que continua a degradar-se, com consequências dramáticas para milhões de afgãos, à mingua de alimentos e de outras necessidades básicas. Como reconheceu António Guterres “Não se vai resolver o problema, se a economia do Afeganistão entrar em colapso. Sabemos que o risco é enorme e que existe uma dramática falta de dinheiro”.

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional tomaram posições idênticas às dos governos ocidentais. O primeiro suspendeu a ajuda ao país; o segundo não permite o acesso do governo aos \$370 milhões, que lhe estavam destinados para responder à crise económica causada pela pandemia. A União Europeia congelou mil milhões de euros destinados à ajuda ao desenvolvimento para os próximos sete anos “até termos [UE] garantias sólidas e ações credíveis no terreno de que as condições estão a ser respeitadas”. O apoio ao desenvolvimento prestado pela UE será sempre condicional, dependendo do modo como os talibãs respeitarem os Direitos Humanos.

A crise humanitária sem precedentes que atinge o Afeganistão, prestes tornar-se a maior emergência humanitária do mundo, exige uma resposta rápida. Quase 23 milhões de pessoas precisam urgentemente de ajuda alimentar. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o “Afeganistão encontra-se à beira da pobreza universal. 97% da população corre o risco de se vir a encontrar abaixo do limiar da pobreza, a menos

TALIBÃS HERDAM CRISE ALIMENTAR

Fonte: FEWS NET, Integrated Food Security Phase Classification (IPC).



que exista até meados de 2022 uma resposta decisiva à crise política e económica do país”. A ajuda humanitária ao povo afegão tem de estar na primeira linha da ação internacional, com as Nações Unidas a liderar esse esforço internacional através da sua missão integrada no terreno.

Os talibãs precisam urgentemente de dinheiro, não só para evitar o descalabro humanitário como para cumprirem com as suas promessas de desenvolvimento económico e de erradicação do cultivo de papoilas. As somas que conseguirem obter através das várias fontes disponíveis de rendimentos é manifestamente insuficiente para as necessidades, onde se incluem as despesas com a função pública, saúde, educação e com o que resta das Forças Armadas.

Coloca-se, pois, a questão de saber qual vai ser o comportamento dos atores externos para evitar o colapso do Afeganistão, até ao momento mais preocupados em resolver problemas próprios, como a evacuação dos seus nacionais. Estamos longe de os governos ocidentais acordarem um modus operandi com os talibãs, que permita minorar o sofrimento dos afegãos. Vários governos ocidentais têm insistido na interligação do alívio das sanções e do descongelamento dos ativos financeiros à constituição de um governo inclusivo e ao respeito dos direitos humanos, muito em particular das mulheres, pressionando os Talibãs para abdicarem dos seus princípios ideológicos. É utópico, até mesmo ingénua, esperar

que os talibãs, uma vez chegados ao poder, depois de vencerem uma guerra de 20 anos, desistam, da noite para o dia, de implementar o seu projeto social.

Em vez de uma política radical do “ou tudo ou nada”, faz sentido apostar num compromisso, que envolva o alívio parcial e temporário do regime de sanções e do descongelamento dos fundos financeiros, sem ser confundido com reconhecimento ou legitimação do novo regime, mas que permita alguma retoma da atividade económica e a prestação de serviços básicos à população, e que, simultaneamente, sirva de pressão para condicionar o comportamento das novas autoridades.

“ O futuro do país passará também pela correlação de forças que se estabelecer no seio do movimento talibã. ”

Há que explorar o interesse dos talibãs em se envolverem com a comunidade internacional. Por dar aos atores estrangeiros alguma leverage, a ajuda humanitária pode e deve ser um pretexto para estes estabelecerem relações com os protagonistas do novo regime. Para além dos aspetos humanitários de curto prazo, é crucial pensar, desde já, nos aspetos econó-

micos de médio e longo prazo, lançando as bases do desenvolvimento económico. O país não pode viver eternamente da ajuda humanitária internacional.

O novo regime vai ter de provar que é capaz de fazer melhor do que o seu predecessor, o que não será fácil dadas as vicissitudes por que está a passar o país e a falta de preparação dos ex-rebeldes para governar. O seu insucesso poderá refletir-se na degradação da situação de segurança, na perda do apoio da população, e em deserções, que irão engrossar as fileiras do Estado Islâmico-Khorasan. Por isso, os atores internacionais devem evitar ostracizar os talibãs, e obviar à repetição do que aconteceu na conferência de Bona, em 2001. Os talibãs não vão desaparecer da sociedade afegã, havendo, por isso, que lidar com eles para resolver a crise no país. Qualquer debate sobre o futuro do Afeganistão terá necessariamente de os incluir.

O futuro do país passará também pela correlação de forças que se estabelecer no seio do movimento talibã. O modelo de sociedade que vai emergir dependerá em grande parte das ideias que prevalecerem. A nova Constituição esclarecerá muitas das interrogações que podemos agora colocar. Entre outras, está por saber que modelo económico vai ser adotado, a autonomia concedida às províncias, como vai ser administrada a justiça, qual o relacionamento do novo poder com as minorias, qual o papel das mulheres na sociedade, o relacionamento com os Estados vizinhos, e que políticas de alianças vai abraçar. ■